

LOCAL

## AFT - CARREIRA CONSTITUCIONAL - VITÓRIA DA CATEGORIA E DO ESTADO DE SERGIPE



Membros da Diretoria do SINDIFISCO, anterior e atual, festejaram o grande feito e agradeceram os personagens que pavimentaram a vitória

No dia 2 de fevereiro do ano em curso, após mais de 20 anos de percalços administrativos e instabilidade jurídica do cargo efetivo investido por meio de concurso público, encontra o reconhecimento jurídico e a sedimentação de sua base legal para o desempenho de suas funções – tributar, fiscalizar e arrecadar os tributos estaduais, consoante disposições da Lei nº 2.070, de 28 de dezembro de 1976, e Lei nº 2.594, de 13 de novembro de 1986.

O cargo efetivo reestruturado pela Lei Complementar nº 283, de 26 de dezembro de 2016, a partir da alteração e reestruturação ao art. 12 da Lei 2.693, de 07 de dezembro de 1988, pela Lei Complementar nº 276, de 6 de dezembro de 2016, é constitucional. Enfim, a carreira de Auditor Fiscal Tributário (AFT) é constitucional.

A luta foi árdua e todos nós, auditoras e auditores do Estado de Sergipe, sofremos com as afrontas, perdas e insegurança jurídica, sobretudo, na execução dos nossos deveres funcionais. A declaração de constitucionalidade e a coisa

judgada da Lei 283, de 26 de dezembro de 2016, motiva-nos a reconhecer o valor da RESISTÊNCIA e da LUTA coletiva pelo bem-comum do Fisco e do próprio Estado de Sergipe.

O esforço para o alcance dessa vitória se deu, principalmente, por meio de estudos, embasamentos jurídicos da doutrina e dos Tribunais e historicidade do cargo público no Estado sergipano, resgatado pelo desempenho solitário e competente do nosso colega – Paulo Roberto Ribeiro. A partir desse, arregimentou-se um exército formado pelo Sindifisco e Fenafisco, por vários colegas, os advogados Geraldo Resende, Diogo Dantas, Adriana Schier, Guilherme Sobral, Alexandre Nascimento (ALESE), procuradores do Estado de Sergipe, deputados Francisco Gualberto e Luciano Bispo, governadores Jackson Barreto e Belivaldo Chagas, assessores jurídicos e o próprio governo do Estado de Sergipe em defesa da constitucionalidade da carreira.

Todos abraçaram a questão e perceberam o quanto era significativa a luta, não só para os servidores públicos da Secretaria da Fazenda de Sergipe, mas também para toda a sociedade sergipana. Ressalte-se que o papel da diretoria do Sindifisco, de todos os envolvidos, direta e indiretamente, foram fundamentais para demonstrar a força do nosso direito.

Agora, depois de mais de 20 anos de tensão, mais de 20 anos de instabilidade e insegurança, mais de 2 décadas de agruras, vamos COMEMORAR! Apaziguar o coração e aproximá-lo da razão, para compreender que, apesar de tudo, precisamos continuar lutando, pois ainda não atingimos a linha de chegada. Tal vitória, sem sobra de dúvidas, dá-nos ânimo e tranquilidade para avançarmos na luta, na busca pelos anseios da briosa categoria do Fisco estadual.

Ainda há muito a ser construído, falta muito para nossa efetiva consolidação, cujo alcance começa pela efetiva UNIÃO das Auditoras e Auditores do FISCO estadual, que formam uma carreira de relevância social, destacada no art. 37 da Constituição Federal de 1988 como de atividade essencial ao bom funcionamento do Estado.

SIGAMOS NALUTA!



17 DE JANEIRO

DIA DO  
**AUDITOR FISCAL  
TRIBUTÁRIO**

Um tributo a esse servidor que ajuda Sergipe a crescer.

SAÚDE • EDUCAÇÃO • SEGURANÇA • JUSTIÇA • OBRAS PÚBLICAS

SINDIFISCO  
SINDICATO DO FISCO DO ESTADO DE SERGIPE

FENAFISCO  
FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

DIIESE  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SINDIFISCO  
SINDICATO DO FISCO DO ESTADO DE SERGIPE

**Ação Direta**  
FEV/21 ÓRGÃO DO SINDICATO DO FISCO DO ESTADO DE SERGIPE

Filiado:

FENAFISCO  
Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

DIIESE  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

## CARREIRA DO AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO É CONSTITUCIONAL



Pág. 06



Posse semipresencial comemora os 32 anos do SINDIFISCO/SE Pág. 03

**SINDIFISCO SE OPÕE  
AO FECHAMENTO  
DO POSTO FISCAL  
DE PROPRIÁ** Pág. 05

**“REFORMAS”  
DE BOLSONARO  
RETIRAM  
DIREITOS** Pág. 05

**NÃO DÁ PARA  
RETORNAR,  
AGORA** Pág. 02

## COM UNIÃO DA CATEGORIA, HAVEREMOS DE VENCER OS DESAFIOS!

Uma nova diretoria assumiu o SINDIFISCO em 1º de janeiro para o triênio 2021/2023, logo no início da gestão a concretização de uma grande vitória, a constitucionalidade da carreira do Auditor Fiscal Tributário, cujo mérito é resultado das lutas dos Auditores e Auditoras e da diretoria a qual sucedemos. Resultado dessa luta, no mês abril a categoria terá direito a uma progressão na carreira.

Precisamos agora enfrentar outras questões, a primeira é a necessidade urgente da unificação do Fisco, o cisma verificado no grupo nos últimos anos só trouxe prejuízo para todos, deixamos de avançar em várias questões, perdemos espaço na SEFAZ e tivemos o aviltamento do padrão salarial. Portanto, o Fisco precisa se unificar em carreira única para que possamos nos fortalecer e fazer a valer a nossa importância na estrutura da SEFAZ. Essa diretoria está

aberta, sem remorso e sem ressentimentos, para construir pontes que nos leve a esse objetivo.

Temos a necessidade de recompor as perdas salariais causadas por 9 anos sem reajuste, nesse sentido já existe na mesa do secretário proposta nessa linha, que precisa ser aperfeiçoada para se adequar as novas condições.

No âmbito federal, os servidores públicos e os trabalhadores em geral têm sofrido o maior ataque aos seus direitos já verificados na história, precisamos reagir, nenhum direito a menos, é necessário lutar contra a Reforma Administrativa, a PEC 186 e a PEC 188 e todas as reformas que suprimem direitos, luta que será conjunta com os outros trabalhadores.

Outra meta da diretoria é fazer valer a importância da Administração Tributária

na estrutura administrativa do Estado, lutar para introduzir na prática o que dispõe o artigo 37, incisos XVIII e XXII da Constituição Federal. Não é admissível que investimento na SEFAZ seja considerado gasto desnecessário. Como resultado do pensamento que amesquinha a Administração Tributária, verificamos o sucateamento dos locais de trabalho, falta de reajuste de salários e todas as contenções que impossibilitam a execução do pleno trabalho.

Não poderemos esquecer da pandemia da Covid-19 que tem ceifado vidas no Brasil e no mundo, inclusive no seio da família Fisco, a luta pela imunização do povo brasileiro também será uma luta a ser enfrentada por essa diretoria.

Então colegas Auditores e Auditoras guiados por esses propósitos e com a união da categoria haveremos de vencer todos esses desafios.

## RAPIDINHAS

### Não dá para retornar, agora!

O SINDIFISCO apresentou ao secretário da Fazenda a posição da categoria contrária ao retorno de auditores e auditoras ao trabalho presencial. Sem perspectiva de vacina e remédios, cresce os casos de contaminação e morte pela Covid-19. E ainda é visível o grau de insalubridade em várias unidades da Sefaz: aparelhos de ar-condicionado quebrados e substituídos por ventiladores; salas pequenas, o que promove aglomeração; ausência de equipamentos que potencializem a prevenção, como parede acrílica entre o auditor e contribuinte. O secretário foi receptivo e aberto a sugestões para reorganizar o retorno e o *home Office*.

**Imunização x atividades essenciais I**  
Como a Fiscalização Tributária foi considerada atividade essencial, o SINDIFISCO enviou ofício ao governo estadual e as secretarias de Estado da Saúde (SES) e da Fazenda solicitando a inclusão de auditores e auditoras fiscais no denominado Quarto Grupo prioritário para a imunização contra a Covid-19.

### Imunização x atividades essenciais II

O assunto também foi um dos pontos de pauta de reunião presencial entre o sindicato e o secretário da Fazenda, onde o mesmo se comprometeu a defender o pleito junto à SES. Assim como policiais, professores, a vacina precisa ser prioritária para a categoria como a do Fisco que faz o manuseio dos papéis (documentação) dos caminhoneiros que vêm de vários estados do País. Esse material é tido como contaminantes de forma direta.

### 17 de janeiro

Na semana alusiva ao Dia do Auditor Fiscal Tributário em Sergipe, o SINDIFISCO/SE usou outdoor para homenagear a categoria e disseminar a importância da nobre missão das auditoras e auditoras fiscais tributários: combater a sonegação e, assim, suprir o tesouro estadual com recursos suficientes para que o Estado cumpra sua função social. Sonegação e renúncia fiscal fazem mal à sociedade.

## Ação Direta

José Antônio dos Santos  
Presidente

Manoel Nogueira Nascimento  
Secretário Geral

José Márcio Santa Rosa  
Diretor Financeiro e Administrativo

Sérgio Cardoso de Oliveira Matos  
Diretor Jurídico

José Luiz Nogueira de Sá  
Diretor de Formação Sindical

Solange Maria Silva  
Diretora Relações Intersindicais

Gilman Ramos Santos Campos  
Diretora de Comunicação Sindical

Francisco Antônio de Rezende  
Diretor de Política Social e Estudos Técnicos

José Dantas  
Diretor dos Aposentados

Ruberval Meneses Aragão  
Diretor Adjunto dos Aposentados

Déa Jacobina DRT/697 - Jornalista / Ivon Militão - Diagramador

Rua Jornalista João Batista de Santana, 1914  
Coroa do Meio - CEP.:49.035-430 - Aracaju/Se

Fale Conosco:(79)3021-1100

comunicacao.sindifisco-se.gov.br

SINDIFISCO-SE SINDIFISCO

sindifiscosergipe

@SINDIFISCOSE

## COMPARTILHAR POSTO DE PROPRIÁ/SE COM POSTO DE COLÉGIO/AL É SUBORDINAR A POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO DE SERGIPE A ALAGOAS



Ação fiscalizadora no Posto de Propriá lançou em crédito tributário direto 64,5 mi. em 2019, e em 2020 em plena pandemia, 38,7 mi

A Secretaria da Fazenda tem intenção de fechar o Posto Fiscal de Propriá, segundo maior corredor de entradas de mercadorias no Estado, e transferir os Auditores Fiscais para um posto que será construído no Estado de Alagoas em compartilhamento com esse Estado. Essa solução é a pior possível sob diversos aspectos, como o operacional do dia a dia, a autonomia da administração tributária, que ficará mitigada em outro Estado, não podendo executar livremente as políticas de fiscalização planejadas, ou seja, Sergipe vai subordinar sua política de fiscalização tributária aos interesses do Estado vizinho. Outro aspecto a considerar é que o município de Propriá vai perder participação na repartição do ICMS. Importante mencionar que esse Posto Fiscal lançou em crédito tributário direto, decorrentes de ações fiscalizatórias, em 2019, 64,5 milhões e em 2020, em plena pandemia, 38,7 milhões, sem contar o efeito inibidor da sonegação, que faz o contribuinte recolher o ICMS espontaneamente. Somete essa semana, em um só dia, foram flagrados pelos Auditores Fiscais Tributários quatro carretas transportando mercadorias, de cigarros a aparelho de ar-condicionados, avaliadas em quase dois milhões de reais. O SINDIFISCO e os Auditores Fiscais esperam que o secretário não leve essa ideia a frente, afinal o DNIT está ajustando o projeto da rodovia BR 101 na área do Posto Fiscal, como se o posto fiscal fosse permanecer no próprio local.

## “REFORMAS” DE BOLSONARO PRIVATIZAM O PATRIMÔNIO PÚBLICO E RETIRAM DIREITOS DOS TRABALHADORES:

A eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado Federal, compradas, segundo a imprensa, a “peso de ouro”, via liberação de emendas a parlamentares, coloca os trabalhadores e a população brasileira em alerta, é que anuncia-se uma agenda de “reformas” que privatiza as estatais e serviços públicos e suprime direitos da classe trabalhadora.

Essas reformas têm mostrado ao longo dos anos que possui o objetivo de entregar o patrimônio do povo brasileiro ao setor privado e saquear os direitos da classe trabalhadora para que sobre dinheiro para pagamento dos serviços da dívida pública, que em 2021 reserva mais da metade do orçamento federal de 4,148 trilhões para pagamentos a banqueiros.

Cada reforma o mesmo engodo, a mesma mentira. Reforma trabalhista, teto de gasto e a reforma da previdência, só para citar as mais recentes, não eram a solução para melhorar a vida do povo brasileiro? Passados alguns anos da aprovação o que viu foi mais desemprego, mais arrocho salarial, mais inflação, menos direitos básicos para a população brasileira.

Com a nova rodada de “reformas”, repete-



SINDIFISCO/SE ESTARÁ NA LINHA DE FRENTE DESTA LUTA

se o mesmo discurso falso e a eleição de bodes expiatórios, que nesse caso são Auditoras que são: Reforma preferencialmente eleitos os servidores públicos, assim, se coloca na grande mídia um conjunto de mentiras e meias verdades com o intuito de ludibriar a população brasileira e não mostrar as consequências maléficas para o conjunto da população. Afetam diretamente a vida dos Auditores e Auditoras que são: Reforma Administrativa (PEC 32/20), PEC 186/2019 chamada de Emergencial, que entre outras coisas ruins, prevê redução salarial de servidores, PECs 45 e 110/2019 (Reforma Tributária).

Entre tantas reformas em tramitação no Congresso nacional que vão de privatização a supressão de direitos dos trabalhadores, citamos algumas que na linha de frente na luta com outros trabalhadores no combate a esse retrocesso. Nenhum direito a menos, esse lema nos guiará.

## AUDITORAS REASSUMEM CARGOS NA DIREÇÃO SINDICAL



**Gilman Ramos, a diretora de Comunicação Sindical**



**Solange Silva, a diretora de Relações Intersindicais**

As auditoras fiscais tributárias sempre tiveram papel relevante no enfrentamento por melhores salários e condições de trabalho na Sefaz/SE, desde o nascedouro do SINDIFISCO/SE.

E depois de uma década de ausência feminina na Diretoria Administrativa, para a gestão 2021/23, foram eleitas e empossadas duas auditoras fiscais para cargos importantes:

Gilman Ramos (Comunicação Sindical) e Solange Silva (Relações Intersindicais). Para além da questão de gênero, as duas auditoras são negras.

Também nessas Eleições do SINDIFISCO/SE, realizadas virtualmente nos dias 25 e 26.11.2020, Marta Assis de Oliveira conquistou o maior número de votos para a composição do Conselho Fiscal. Outro destaque, a própria Comissão Eleitoral de 2020 foi presidida por uma auditora fiscal: Ednar Gomes.

Vale recordar ainda, que no final da década de 80, antes mesmo da Assembleia de Aclamação da Primeira Diretoria do SINDIFISCO/SE, duas auditoras dirigiram quatro das seis primeiras assembleias da categoria: Maria Ângela Feitosa (in memoriam) e Tânia Maria Barreto, respectivamente a presidenta e a secretária dessas decisivas e polêmicas assembleias tanto para a formação do sindicato quanto para a histórica Greve do Fisco de 1989.

## NO FUNDO DO BAÚ



### Prisão arbitrária de Carlos Augusto e Frederico faz 27 anos

Na década de 90, João Alves prendeu, perseguiu e agiu para desarticular as finanças dos sindicatos

Há 27 anos, no dia 01 de fevereiro de 1994, a PM do então governador João Alves Filho prendeu arbitrariamente o presidente e diretor de Imprensa do SINDIFISCO, respectivamente, Carlos

Augusto e Frederico Gondra. As prisões ocorreram durante a Operação Pente Fino do Fisco, no Posto Fiscal Osvaldo Nabuco.

**A prisão dos dirigentes sindicais foi um dos mais tensos mecanismos antissindicais promovidos pelo governo estadual, para tentar intimidar e conter a luta dos servidores estaduais contra a política de reajuste quadrimestral - no ano em que a inflação estava em quase 40% ao mês. “Ficamos detidos e permanecemos sem comunicação dentro de uma viatura, por horas, em local ermo e sob ameaças de dois PMs. Os PMs chegaram a limpar as armas que usavam com um jeito ameaçador”, lembra Carlos Augusto. A viatura levou os sindicalistas ao quartel da PM na Rua Boquim: “e nos deixaram por lá, debaixo de sol escaldante, sem respirar direito, porque os vidros da viatura**

estavam fechados. Depois, nos levaram para Delegacia da Polícia Civil. Lá foi mais tranquilo”, conta. Nas proximidades da delegacia, lideranças sindicais e políticos como Ismael Silva protestavam e articulavam a soltura de Carlos Augusto e Frederico.

Durante a greve de janeiro de 1994, João Alves e o então secretário da Fazenda Antônio Manuel Carvalho para desarticular e punir a livre organização sindical também cortou o repasse das contribuições do SINDIFISCO, Sintasa e Sintrase. Suspenderam o decreto de produtividade. Perseguiram auditores fiscais com transferência de local de trabalho. Privilegiaram os ‘fura-greves’. Alteraram o regime de trabalho.

Recorde! Leia na íntegra a matéria, no nosso site, que rememora a prisão dos dirigentes do SINDIFISCO e a greve dos servidores de 1994.

## POSSE DA NOVA DIRETORIA DO SINDIFISCO FOI SEMIPRESENCIAL



### Mesa solene foi comandada por Zé Antônio, Rafael Neves e Paulo Pedroza. Também estavam presencialmente no auditório do SINDIFISCO/SE os membros da Diretoria e Conselho Fiscal

Com a pandemia do Covid-19, a posse festiva da 15ª Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal do SINDIFISCO/SE foi realizada na forma semipresencial, na noite do dia 13 de janeiro de 2021.

No auditório da entidade, a mesa solene foi composta pelo presidente, ex-presidente da entidade e o representante da Comissão Eleitoral do SINDIFISCO/SE, respectivamente, Zé Antônio, Paulo Pedroza e Rafael Neves. Também estavam presencialmente no auditório os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, eleitos para o triênio 2021/2023.

A solenidade festiva e cultural foi transmitida ao vivo pelos canais do SINDIFISCO/SE no Youtube e Facebook. Durante a solenidade, na Sala Virtual, lideranças sindicais e personalidades políticas assistiram e puderam saudar as novas e novos dirigentes.

A noite do dia 13 também comemorou datas históricas da categoria: o Dia do Auditor de Tributos Estaduais e a fundação do SINDIFISCO/SE, que completou 32 anos no dia 17 de janeiro. Como forma de valorizar a cultura sergipana, a posse transmitiu vídeos com artistas e manifestações culturais

### GOVERNO ANUNCIA PAGAMENTO DE SALÁRIO DENTRO DO MÊS

O governador Belivaldo anunciou que a partir deste mês fará o pagamento de salário dentro do mês, não deixa de ser uma boa notícia. Mas é preciso dizer que o governo estadual tem implementado uma política de aviltamento de salário dos servidores, cujo resultado são nove anos sem recomposição salarial anual, parte desses anos nesse próprio governo. Além disso, impôs uma redução salarial via aumento de alíquota e de faixa de desconto previdenciário de ativos e aposentados, sem contar outros malefícios introduzidos pela reforma da previdência. Então, podemos dizer que, o pagamento de salário dentro do mês foi feito com o sacrifício dos próprias servidoras e servidores públicos. Enquanto isso o governo promove uma intensa política de renúncia fiscal e de desmobilização da Administração Fazendária que tem consequências negativas para arrecadação tributária, o que acaba trazendo sacrifícios para os (as) servidores (as) e para a população em geral que tem menos serviços públicos a sua disposição

### Precatórios: nova gestão no Deprec/TJSE

O Departamento de Precatórios do Tribunal e Justiça de Sergipe (Deprec/TJSE) está com nova gestão. O atual gestor do Deprec é o juiz Fernando Clemente da Rocha, empossado no início de fevereiro de 2021, substituindo a juíza Simone Fraga. Um dos membros da Comissão de Autores e Herdeiros de Precatórios, Ernesto Barreto fez uma visita de cortesia ao novo gestor e solicitou uma audiência com a Comissão de Precatórios. “Apesar de não anunciar prazos, o dr. Fernando Clemente afirmou que pretende formar novo mutirão para agilizar os cálculos de processos. Também disse que contactará os ausentes devedores (governo e municípios) para que os mesmos busquem meios de repassar recursos devidos e assim reduzir os débitos de precatórios”, afirmou Ernesto Barreto.

Ao longo dos anos, os dois problemas que dificultam a atualização dos precatórios são o repasse insuficiente de valores por parte dos entes federados (União, estados e municípios) e a morosidade por parte do Tribunal de Justiça em realizar os repasses recebidos.